



PARECER JURÍDICO Nº 104 de 2021.

OBJETO: Projeto de Lei nº 66/21

AUTOR: Simone Ribeiro

INTERESSADO: Comissão de Justiça e Redação

ASSUNTO (EMENTA): “Institui a Política Municipal de Incentivo à Educação Socioemocional”.

Por ser atribuição dessa Assessoria Jurídica assessorar as Comissões Permanentes, emite-se parecer sobre o Projeto de Lei nº 66/21, de autoria da vereadora Simone Ribeiro.

1

**O presente Projeto está acompanhado dos seguintes elementos/documentos/anexos:**

- ☒ justificativa;
- ☐ impacto financeiro e orçamentário;
- ☐ cronograma físico financeiro;
- ☐ cláusula financeira;
- ☒ cláusula de vigência;
- ☐ cláusula revogatória;
- ☐ disposições transitórias;

**A ver da Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei é:**

- ☒ constitucional com amparo no art. 30, I da CF;
- ☒ legal com amparo no art. 8º, I da LOM;
- ☐ inconstitucional por vício de iniciativa;
- ☐ inconstitucional com amparo no ;
- ☐ ilegal porque contraria dispositivos previstos em lei.

**Assim, entende-se que:**

- ☒ não há óbice à sua tramitação estando apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis;
- ☐ há óbice à sua tramitação por contrariar dispositivos constitucionais e legais supra mencionados.

Cumpre salientar que compete à Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Formosa-GO, dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

O assistente jurídico no desempenho de sua função, na forma do art. 133 da CF/88 e o art.2º, §3º c/c o art.7º, I, da Lei n. 8.906/1994, possui liberdade e autonomia para exprimir sua opinião técnica.

Ademais, importante registrar que o presente parecer, não obstante a sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante e tampouco caráter decisório, tendo as autoridades a quem couber a sua análise plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

De igual forma, destaca-se que esta peça não substitui o parecer da CJR ou de outras comissões competentes para apreciar a matéria, na forma regimental.

Em relação à matéria do projeto, consoante o disposto no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, dispositivo com idêntica redação no artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, portanto o projeto é legal e constitucional.



**ESTADO DE GOIÁS**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

Ocorre que o art. 6º contém afronta ao princípio da separação dos poderes estampado no art. 2º da CF e por simetria, no art. 4º, parágrafo único da LOM. Assim sendo, deve ser retirado do projeto, uma vez que é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições.

No tocante à técnica legislativa, o projeto se amolda aos ditames da LC nº 95/98.

No mais, não há outros apontamentos a serem feitos.

É o meu parecer salvo melhor juízo.

Formosa, 16 de junho de 2021.

2

ASSISTENTE JURÍDICO